

CIDADES, JUVENTUDES E CONFLITOS URBANOS: questões teórico-empíricas a partir de Redenção e Acarape

Eduardo Gomes Machado¹

Jonathan de Souza Nogueira²

Nathalia Alves de Oliveira³

Stefania Maria Francolino da Silva⁴

RESUMO

Este artigo insere-se em pesquisas que analisam os impactos da implantação de uma universidade federal pública em duas pequenas cidades interioranas, Redenção e Acarape, no estado do Ceará, Brasil. Considerando a estrutura, a morfologia e as dinâmicas de produção social do espaço urbano, problematizam-se as experiências cotidianas dos estudantes nas urbes, em diferentes escalas, inclusive desafios vivenciados e mudanças que atingem as cidades. Cabe considerar que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) detém caráter internacional, agregando discentes de sete países às duas cidades, o que promove a agudização do urbano e impacta a partilha do sensível social e historicamente consolidado. Discute-se, mais especificamente, a vivência de situações e episódios percebidos, representados e enfrentados por conjuntos de agentes urbanos como “situações problemáticas”, dialogando com a possível emergência do público, em especial, a instituição de arenas públicas nas cidades. Fundamentando-se em processos investigativos associados a uma inserção de longo curso, inclusive observação participante de caráter etnográfico, o artigo apresenta hipóteses analíticas e resultados preliminares. Considera-se que as juventudes, ao não aceitarem passivamente a contestação da ocupação e uso da cidade, reagindo, instituem novas dinâmicas e ações coletivas que visam à apropriação, ao uso e à ocupação de espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE

Cidade. Juventude. Público.

¹ Professor Associado I da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

² Graduando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

³ Graduada em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

⁴ Graduada em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

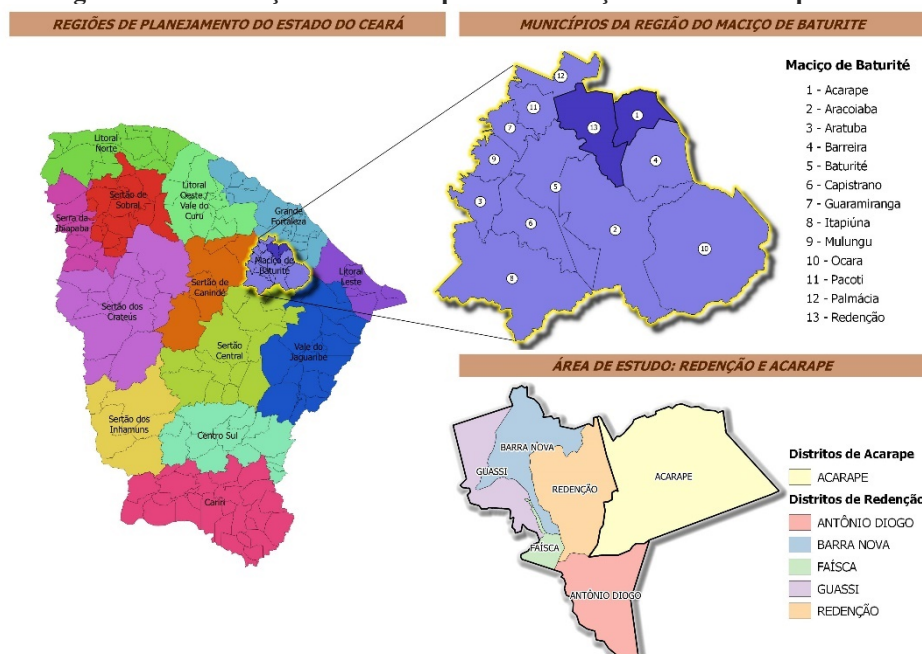
1 INTRODUÇÃO⁵

Redenção e Acarape são pequenas cidades interioranas do Nordeste brasileiro, situadas no Ceará, a aproximadamente 60 km de Fortaleza, capital do estado, e integrantes da Região do Maciço de Baturité, que possui treze municípios (Figura 1). Em 2010, o município de Redenção possuía 26.415 residentes, 57,3% moradores de áreas urbanas; e Acarape, 15.338 residentes, 52% urbanos (IBGE, 2010). Em 2017, a estimativa populacional indicava 27.441 moradores para Redenção e 16.543 para Acarape, um acréscimo populacional de 3,9% e 7,8%, em sete anos, respectivamente. Caberia avaliar, porém, se essas estimativas consideraram a implantação de um equipamento de educação superior de grande porte nos municípios em 2011, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), uma instituição federal pública, com três *campi*⁶ nas cidades (IPECE, 2019).

⁵ Os autores registram e agradecem o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da UNILAB, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Também agradecem as leituras cuidadosas da versão preliminar realizadas por Felipe Franklin de Lima Neto e Maria Valdelia Carlos Chagas de Freitas, assim como aos pareceristas anônimos, pelas valiosas contribuições.

⁶ A UNILAB também possui um *campus* em São Francisco do Conde, na Bahia.

Figura 1 – Localização dos Municípios de Redenção – CE e Acarape – CE



Fonte: Regina Balbino Silva (2019)⁷.

A UNILAB integra a expansão da educação superior no país, articulando educação, pesquisa e extensão, através da interiorização, diferenciando-se por ser também uma universidade internacionalizada que tem “como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros [*sic*] da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”. Nesse sentido, acolhe discentes originários de países africanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, além do Timor Leste, impulsionando fluxos migratórios de larga escala, envolvendo duas pequenas cidades interioranas (UNILAB, 2018, p. 5), como indica a Tabela 1. Para ponderar a intensidade e o caráter desses fluxos migratórios, no quadro da cooperação internacional na educação superior, considerando o Brasil e a África, é interessante comparar os dados da UNILAB e do Programa de Estudantes Convênio – Graduação (PEC-G), o qual “oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento

⁷ Cartograma inédito produzido no âmbito do desenvolvimento do projeto “Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité: uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB”.

com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019). Iniciado em 1965, o PEC-G é o maior programa de acesso de estudantes internacionais a universidades brasileiras. Considerando os seis países africanos e o Timor Leste, a UNILAB acolheu mais estudantes estrangeiros do que todas as outras universidades brasileiras juntas, entre 2011 e 2019. Enquanto o PEC-G selecionou 1632 estudantes, a UNILAB recebeu 2124 discentes, como pode ser visto nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Quantitativo de ingressantes estrangeiros por ano e por país na UNILAB

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Guiné-Bissau	18	45	152	193	139	185	278	212	107	1329
Angola	12	8	17	17	30	60	89	115	58	406
Cabo Verde	3	20	27	27	18	15	18	9	1	138
São Tomé e Príncipe	1	19	14	24	24	16	8	8	0	114
Timor Leste	3	69	0	0	0	0	3	0	0	75
Moçambique	1	2	9	7	7	9	9	9	3	56
Outros	0	1	0	2	3	0	0	0	0	6
Total	38	164	219	270	221	285	405	353	169	2124

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores (2019).

Tabela 2 – Quantitativo de ingressantes estrangeiros por ano e por país no Brasil através do PEC-G

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Cabo Verde	74	155	88	104	119	64	62	58	52	776
Angola	83	63	53	59	77	7	11	12	2	367
Guiné Bissau	55	118	0	0	0	7	15	33	25	253
São Tomé e Príncipe	19	12	3	19	17	9	12	2	7	100
Moçambique	7	8	13	13	9	1	3	2	8	64
Timor Leste	1	0	34	1	1	6	11	8	10	72
Total	239	356	191	196	223	94	114	115	104	1632

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores (2019).

Em sua grande maioria, os discentes da UNILAB não pertencem a segmentos de elites e a estratos sociais médios. Ao contrário, fazem parte de segmentos populares, inclusive com diversos compondo a primeira geração familiar a acessar a educação superior. Desse modo, o caráter popular e a diversidade social são elementos que compõem a UNILAB, inclusive ao considerarmos que, a cada semestre, ampliam-se os

contingentes discentes originários de segmentos historicamente oprimidos e subalternizados, inclusas populações tradicionais como indígenas e quilombolas. Nesse contexto, em 2018, a universidade já possuía mais de cinco mil estudantes, com aproximadamente 25% sendo originários de outros países e os demais, em sua maioria, advindos de localidades rurais e de outros municípios/cidades cearenses, particularmente do Maciço de Baturité e da Grande Fortaleza (Tabela 3). A maioria desses estudantes residia/reside nas duas cidades, além de parte dos 373 docentes e 334 técnicos da instituição, sendo a grande maioria dos trabalhadores terceirizados.

Tabela 3 – Contingentes de discentes matriculados no Ceará e na Bahia, por país de origem (2018)

PAÍSES	CEARÁ	BAHIA	TOTAL
Brasil	2679	1334	4013
Guiné-Bissau	474	146	620
Angola	179	57	236
Cabo Verde	58	13	71
São Tomé e Príncipe	52	12	64
Moçambique	35	3	38
Timor Leste	16	0	16
Outros	1	0	1
Total	3494	1565	5059

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados de UNILAB (2018).

Antes da implantação da universidade, as cidades já vivenciavam graves precariedades nas infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos, com fragilidade e/ou ausência de ações de planejamento e de gestão urbana (MACHADO; LIMA; FURTADO, 2017). Com a implantação, efetivam-se impactos urbanos em várias dimensões e sentidos, imediatos e em curto, médio e longo prazo, ocorrendo uma ampliação e diversificação das demandas por moradias, equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos. Ocorre, também, uma ampliação de mercados consumidores diversos, evidenciada através da instalação de bares, lanchonetes, restaurantes e supermercados, dentre outros equipamentos privados, anteriormente inexistentes. Também cabe destacar

a instituição/dinamização de mercados imobiliários, com investimentos em construção e em recuperação de imóveis, particularmente residências para aluguel, geralmente na forma de pequenos apartamentos (RIBEIRO, 2012; BAUMGARTNER, 2015; MACHADO; LIMA; FURTADO, 2017). As mudanças urbanas associam-se ao aumento dos recursos econômicos e dos fluxos de renda, em grande medida decorrentes de investimentos diretos da universidade, dos salários auferidos por docentes e técnicos e dos auxílios recebidos por discentes (RIBEIRO, 2012; BAUMGARTNER, 2015).

A Tabela 4 indica os quantitativos de pagamento de pessoal e auxílios a discentes, revelando valores que impactam efetivamente as economias locais, mesmo se considerarmos que somente um percentual é efetivamente gasto nos municípios. Considerando os auxílios aos discentes e supondo que 50% desses valores seja efetivamente gasto nos dois municípios, cabe falar em um contingente superior a sete milhões de reais dinamizando as economias locais, dispendidos por discentes da instituição, em 2017. Se somarmos a isso 5% do valor referente ao pagamento de pessoal, temos quase quatro milhões de reais a mais circulando nas economias locais.

Tabela 4 – Execução Orçamentária e Financeira – despesa paga UNILAB (2014-2015)

	2014	2015	2016	2017
Auxílios financeiros a estudantes	7847671,03	10432471,43	12697075,00	14716088,00
Pagamento de pessoal	32883310,81	48701223,87	61847868,36	78895791,00
Total	40730981,84	59133695,30	74544943,36	93611879,00

Fonte: UNILAB (2017).

A implantação da UNILAB altera os modos de produção do espaço urbano, impactando as formas de ocupação, uso, acesso, regulação, posse e propriedade de diferentes parcelas da terra urbana (solo, subsolo e edificações)⁸. De modo mais específico, cabe destacar as mudanças no cotidiano urbano, considerando a convivência

⁸ Para maiores informações, vide Machado, Lima e Furtado (2017).

em espaços públicos e em espaços coletivos de uso público, envolvendo moradores originários e migrantes temporários, com destaque para as juventudes. Milhares de jovens discentes experienciam o cotidiano das cidades, requerendo, mesmo de modo fragmentado e incipiente, habitações, infraestruturas, espaços, equipamentos, políticas e serviços urbanos que lhes permitam acessar e usufruir direitos relacionados ao lazer, à cultura e arte, ao esporte, à festa, à vida e à convivência digna de modo geral. Nesse sentido, cabe destacar como a investigação sobre a “juventude” constitui “um excelente barômetro para a captação de tendências sociais emergentes em várias dimensões da vida quotidiana” (FERREIRA, 2017, p. 17). Não “descurando o foco nas continuidades e nas forças de reprodução social a que estão sujeitos”, é importante entender que os “mundos juvenis configuram [...] laboratórios que desafiam constantemente as Ciências Sociais”, do ponto de vista teórico e metodológico (FERREIRA, 2017, p. 17). Ferreira (2017, p. 17, *grifos do autor*) afirma ainda que:

A pluralidade de experiências e situações sociais, as incertezas e indecisões nas expectativas, a instabilidade e as provisoriiedades nos projetos, as reversibilidades e as contrariedades nas itinerâncias, a visualização e a digitalização massiva das existências (dos ambientes, dos corpos e das práticas), constituem novos *desafios* na vida social dos jovens que impelem a novos *caminhos* de investigação, não apenas em termos de objetos de estudo, mas também de aproximações teóricas e de desenhos de pesquisa.

Parece destacar-se nessas ideias, mesmo de modo implícito, uma compreensão geracional das juventudes, que articula o enquadramento desses agentes em faixas etárias. É importante incorporar conceitualmente a ponderação de que a juventude “encontra-se sempre pautada por mecanismos de reprodução” classista, mas também de gênero, dentre outras clivagens (PAIS, 1990). Essa perspectiva permite enfatizar as desigualdades, contradições e opressões inscritas nessa fase de transição e aos quais os agentes juvenis se vinculam de modos diversos, considerando que cada jovem

experimenta condições socioeconômicas e culturais específicas. A partir dessas considerações, cabe discutir “como os jovens vivem e elaboram suas situações de vida”, focando “suas experiências, formas de sociabilidade e atuação” (CARRANO; DAYRELL, 2002, p. 1).

Nesse contexto, algumas perguntas orientam as investigações realizadas e em curso. Se e como discentes da UNILAB produzem socialmente o espaço urbano? Quais desafios urbanos são vivenciados cotidianamente, como as juventudes lidam com eles? Se e como instituem e reproduzem microterritórios e nanoterritórios, mesmo de modo tenso, paradoxal e efêmero? (SOUZA, 2009). De modo mais direto, o artigo discute a possível emergência do político e do público e, mais especificamente, a instituição de arenas públicas, nas cidades, considerando situações e episódios experienciados como “situações problemáticas” pelas juventudes universitárias (CEFAÏ, 2017b; PALLAMIN, 2010). Compreende-se que “uma arena pública é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso” (CEFAÏ, 2017a, p. 200).

O artigo apresenta, ainda, hipóteses analíticas e resultados preliminares, fundamentando-se em processos investigativos associados a uma inserção de longo curso, inclusive observação direta de caráter etnográfico, mapas participativos, aplicação de questionários, produção de *sketches*, entrevistas, visitas domiciliares, análise de documentos e dados secundários.

2 AS CIDADES E AS EXPERIÊNCIAS URBANAS

A implantação da UNILAB criou condições para a recriação do urbano, dos padrões de produção social do espaço e da própria questão urbana nas cidades, tanto nos aspectos intraurbanos – envolvendo territórios, micro e nanoterritórios – quanto na inserção das urbes em redes urbanas (VILLAÇA, 1998; MACHADO; LIMA;

FURTADO, 2017). Modifica-se o caráter das cidades enquanto localidades centrais, redefinindo-se suas áreas de influência e as pessoas por elas atendidas, inclusive porque agregam uma função urbana anteriormente inexistente, especializada e restrita, a oferta da educação superior em larga escala (IPEA, 2001). Tornam-se mais complexas as questões de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, assim como as situações urbanas cotidianamente experienciadas por diferentes agentes sociais (MACHADO; LIMA; FURTADO, 2017). A partir dessas referências, cabe compreender as cidades enquanto configurações orgânicas, totalidades ecológicas que apresentam estruturas e dinâmicas próprias, as quais assumem o caráter de contextos que condicionam e interpelam os agentes, à medida que estes experienciam situações e episódios cotidianos (CEFAI, 2017a).

Redenção e Acarape vivenciam uma agudização do caráter urbano, nos sentidos indicados por Wirth (1967, p. 102), que destaca como a cidade tende a agregar um conjunto de diferentes partes, com funções especializadas, compondo um “mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro”. Desse modo, a agudização do caráter urbano se relaciona à intensificação e variedade das experiências urbanas vivenciadas, articulando diferentes escalas geográficas. Essa análise contraria um olhar superficial sobre as pequenas cidades interioranas, que as vê como absolutamente homogêneas e predominantemente estanques e isoladas. Não é isso que se percebe em Redenção e Acarape, considerando-se a existência de centralidades e periferias bem demarcadas, com desigualdades e segregações socioespaciais de larga escala; os fluxos variados e transescalares que as perpassam; as distinções socioespaciais multidimensionais que vinculam classes e grupos sociais; e as diferenças nas funções urbanas de diferentes áreas intraurbanas. Nesse contexto, associando o aprofundamento da mercantilização e da reprodução capitalista da terra urbana a

estruturas de posse/propriedade e de realização da renda da terra previamente existentes, considerando-se a implantação da universidade, e altamente concentradas, as cidades demarcam acessos diferenciados a equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos, consubstanciando violências e violações de direitos de várias ordens e escalas (MACHADO; LIMA; FURTADO, 2017).

Isso ocorre, paradoxalmente, em pequenas cidades, que não são metrópoles, mas onde o urbano estendido e intensificado agudiza os estímulos na vida cotidiana, tensionando modos de vida e personalidades, inclusive se considerarmos a presença de agentes e disposições sociais de caráter tradicional/interiorano/rural nas cidades. A intensificação da vida urbana sobrecarrega os indivíduos e as coletividades com estímulos corporais, culturais, psíquicos, emocionais, estéticos, políticos, dentre outros, gerando sua incorporação, mas, também, sob tensão, a necessidade de lidar com esses estímulos, sobrecargas e tensões de modo a constituir situações de equilíbrio (SIMMEL, 1967). Cabe considerar que a universidade ampliou e dotou de visibilidade uma diversidade social anteriormente negada/invisibilizada no cotidiano, nas representações e nos imaginários urbanos hegemônicos, principalmente ao envolver recortes de classe, gênero e religião. Desse modo, a presença da universidade e, particularmente, a mobilização das juventudes, vem dotando de visibilidade, no cotidiano urbano, clivagens e, potencialmente, interseccionalidades identitárias complexas, envolvendo geração, nacionalidade, raça, classe, religião, gênero, etnia, rural/urbano, dentre outras.

Como Wirth (1967, p. 101-103) permite intuir, a agudização do caráter urbano articula-se à ampliação da convivência cotidiana de um conjunto muito diverso de agentes, associado à sua acrescida mobilidade. Assim, em um contexto marcado pelo “contato físico estreito de numerosos indivíduos”, os “estímulos recebidos de um grande número de indivíduos diferentes” sujeitam os agentes a um “*status* flutuante no

seio de grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social da cidade”. Mais do que isso, em urbes marcadas por desigualdades, segregações e espoliações urbanas transescalares, essa dinâmica ancora, reproduz e amplia incertezas, inseguranças, tensões e conflitos urbanos variados. Considerando essas questões, avalia-se que é possível falar em um esgarçamento da partilha do sensível social e historicamente consolidada nas cidades, e particularmente em Redenção.

A partilha do sensível é entendida, nos termos indicados por Rancière (2009, p. 15), como o “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dois recortes que nele definem lugares e partes respectivas”, fixando, “portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas”. Cabe falar, dessa forma, em recortes “dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define, ao mesmo tempo, o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”, remetendo ao “que se vê” e ao “que se pode dizer sobre o que é visto”, e, também, “quem tem competência para ver e qualidade para dizer”. Nesse contexto, o cotidiano urbano evidencia tensões entre a busca de reafirmação/retorno de/às situações tradicionais e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, a emergência/o reconhecimento de novos comuns partilhados e de novas singularidades. A partir dessas reflexões, cabe destacar as categorias cotidiano, experiência e disposições sociais enquanto referências teórico-empíricas que permitem perceber e analisar a densidade teórico-empírica e a complexidade que perpassa as duas cidades.

O cotidiano envolve “o cruzamento de múltiplas dialéticas entre o ‘rotineiro’ e o ‘acontecimento’”, agregando, ao mesmo tempo, o banal/insignificante e o histórico/original/significativo (PAIS, 2015, p. 76). Critica-se, desse modo, o entendimento que reduz a vida cotidiana “ao que repetitivamente se passa, dia a dia, de forma rotineira e passiva”, reduzida à “banalidade da vida”, aos seus “aspectos triviais,

monótonos e repetitivos”, e ela passa a ser também “um lugar de inovação”, de recusa, reorganização e transformação social, com “riquezas ocultas” sob “a aparente pobreza e trivialidade da rotina” (PAIS, 2015, p. 79-80). Considerando essa percepção, entende-se que as cidades são marcadas por experiências significativas, tensionadas entre continuidade/ruptura e entre rotina/inovação, revelando-se tendencialmente enquanto espaços políticos e educativos. Nesse sentido, o caráter experiencial remete a modos comuns – coletiva e processualmente constituídos – de pensar, sentir e lidar com situações e episódios singulares (THOMPSON, 1981). Cefaï (2009, p. 26-27), dotando de maior densidade teórico-empírica a categoria, afirma como essa dimensão experiencial é “indissociavelmente afetiva, cognitiva e normativa”. Dessa forma, evidencia a experiência:

a) [...] como prova estética: os sentidos afetivos (*pathos*) e estéticos (*aisthesis*) são o que, abaixo das argumentações e dos julgamentos, nos dão acesso ao mundo, articulações da experiência que fazem com que estejamos em contato direto e ativo com as situações porque elas nos “tomam”; b) [...] como experimentação prática: o reconhecimento do real é provado pelos testes que podemos submeter às situações e pelos resultados aos quais nós devemos nos submeter, fazendo crescer nossa capacidade de ação e nos dobrando a uma realidade transcendente; e c) [...] como troca interativa: nosso acesso à verdade, ao bem e ao direito nunca é solitário, passa por interações com os outros e com as coisas, via processos de cooperação e de comunicação, que, por vezes, tomam a forma de verdadeiras deliberações, em que nos expomos aos pontos de vista dos outros. (CEFAÏ, 2009, p. 31-32)

Ao lidarem com experiências cotidianas continuadas e buscarem, de algum modo, controlá-las ou regulá-las, os agentes sociais, e particularmente as juventudes, incorporam e/ou constituem disposições sociais, inclusos esquemas interpretativos/*frames*. As disposições agregam recursos simbólicos e cognitivos e estoques motivacionais que potencialmente permitem aos agentes participarem de situações urbanas cotidianas, ordenando sua percepção da realidade, subsidiando suas escolhas e mobilizando/instituindo recursos que lhes permitam atuar em cada situação

experienciada (THOMPSON, 1981; THIRY-CHERQUES, 2006; PETERS, 2006; 2011). Nesse sentido, o *frame*, particularmente, é “um quadro que organiza a percepção e a experiência e que constrange a interpretação”, impelindo e permitindo aos agentes constituir e apresentar “uma nova interpretação dos assuntos ou eventos, com a intenção de mobilizar para a ação”, apresentar soluções “ao problema diagnosticado” e “prover uma razão ou motivo para agir conjuntamente” (NUNES, 2013; BENFORD; SNOW, 2000; CARLOS, 2011; SNOW *et al.*, 1986).

3 AS CIDADES E AS JUVENTUDES

O sentimento de impotência diante de forças que não se pode controlar, o temor de ser alvo de medidas punitivas, a privação dos recursos necessários para orientar a própria vida na direção desejada: essas não são circunstâncias excepcionais, mas o núcleo da experiência vivida de milhões de pessoas. (MIGUEL, 2014, p. 37)

A epígrafe deste tópico indica um contexto experienciado cotidianamente por centenas, talvez milhares, de discentes da UNILAB, inclusive ao se considerar que uma parcela relevante dos estudantes são socioespacialmente subalternizados, residindo em periferias urbanas precárias, perpassadas por estigmas territoriais e sem acompanhamento do Poder Público – por exemplo, no Alto da Bela Vista e em Boa Fé e Proub em Redenção; e em São Benedito, Estrada Velha, Marrecos e São Francisco em Acarape. Ao mesmo tempo, essas juventudes discentes periféricas efetuam deslocamentos que lhes permitem vivenciar centralidades citadinas de modo reiterado, inclusive em outras cidades.

Em seu cotidiano experiencial, essas juventudes enfrentam múltiplos desafios – socioeconômicos, culturais, urbanísticos, étnico-raciais, nacionais, classistas, geracionais e de gênero – para inserir-se nas cidades de modo digno, acessando e usufruindo direitos estudantis e urbanos. Tendencialmente, buscam constituir modos de

fazer a/na cidade que gerem segurança, acolhimento, cuidado, estabilidade, acesso à habitação, equipamentos, serviços e infraestrutura. Em outras palavras, buscam constituir o direito à cidade – mesmo que de modo intuitivo, descontinuado e disperso –, considerando os termos indicados no texto seminal de Lefebvre (2011, p. 105-106):

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico: opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades e previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimento, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num mundo. [...] As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontro, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas?

Agier (2015, p. 491) refere-se ao *fazer a cidade*, indicando como o ato de ocupação de um espaço detêm, ao mesmo tempo, caráter urbano e político, considerando que esse “movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova”. Mesmo se detêm caráter efêmero, instável, provisório, fugaz – por exemplo, ao ocupar e usar uma praça ou uma esquina da cidade –, esse ato pode revelar modos associativos, tradições ou inovações, conflitos e disputas, condicionamentos e potencialidades. Considerando essas questões, nos marcos de uma “etnografia das margens e das centralidades”, agentes em movimento e atuação, principalmente os que têm como territórios originários as periferias urbanas e, ao mesmo tempo, acessam centralidades e/ou intervêm em processos na escala da cidade como um todo, vivenciam experiencialmente as tensões constitutivas entre a cidade e a não cidade, por vezes de

modo dramático, atingidos por vulnerabilidades, violações reiteradas de direitos e violências de várias ordens. Essa tensão constitutiva – que é também uma tensão entre micropolíticas do cotidiano e macropolíticas formais/hegemônicas – enriquece as potencialidades de apreensão/intervenção da/na cidade, “a partir do vazio deixado por sua não existência, a partir de seu limite, de sua negação, de seu exterior e de sua margem” (AGIER, 2015, p. 486). Não é à toa que Agier (2015, p. 487) afirma que essa tensão entre margens e centralidades permitiria:

[...] apreender o limite do que existe – e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante – permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade.

A cidade se faz também na resistência, na contraposição, no contrafluxo, na tensão, no conflito. Nos últimos anos, as juventudes emergem material, simbólica e politicamente em Redenção e Acarape, integrando o cotidiano urbano, requerendo espaços e tempos para conviverem e vivenciarem atividades de lazer, esporte, festa, jogo, arte e cultura. Experienciando conflitos urbanos de modo reiterado, particularmente ao ocupar, mesmo de modo efêmero, espaços das/nas centralidades urbanas, contrapondo-se, portanto, a estarem/serem relegados, material e simbolicamente, às periferias e margens urbanas. Nesse sentido, cabe destacar a ideia de que “o conflito é o indício de que há liberdade, de que os interesses de uma parte não subjugaram inteiramente aos de outra”, e, mais do que isso, a ideia do conflito como “fundador da democracia”, e não somente “como um problema a ser superado” (MIGUEL, 2014, p. 26; 36).

3.1 AS OCUPAÇÕES CRIATIVAS URBANAS

Considerando as questões anteriormente indicadas, são exemplares as ocupações criativas urbanas efetivadas na Praça do Obelisco em Redenção. É uma praça agradável, com mobiliário para descanso, um pequeno coreto e caramanchões. Têm, em seu entorno, equipamentos como a Casa do Cidadão, posto de saúde, centro odontológico, padaria, supermercado, agência dos correios, lanchonetes, farmácias, depósitos de construção, templo religioso, bares e restaurantes, além de residências, principalmente de moradores originários. Situa-se em uma das principais centralidades da urbe e na fronteira do principal centro urbano – comercial, político, de serviços, econômico, financeiro, religioso. Nos últimos anos, tem sido comum presenciar a circulação, a ocupação e o uso da praça envolvendo variados moradores, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, de várias nacionalidades, brincando, conversando, namorando, passando o tempo. Dentre os eventos que a praça abriga, cabe citar, por exemplo, eventos religiosos de médio e grande porte e treinamentos de artes marciais. Aos poucos, e, pelo menos, desde 2015, o local vem sendo ocupado e usado por segmentos da universidade, e particularmente as juventudes, agregando rodas de conversa, saraus de poesia, apresentações de grupos musicais variados, inclusive com *performances* interseccionando várias linguagens artísticas.

Revelando disputas pela ocupação, uso e acesso à praça, nos últimos tempos, têm se agravado tensões e conflitos entre moradores originários e estudantes da UNILAB. Vêm sendo particularmente questionadas situações e eventos que ocorrem sob o signo da ocupação criativa. O depoimento de uma jovem universitária é revelador (DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019⁹):

⁹ Diários de Campo do projeto “Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité: uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB”, cujos registros compreendem o período de 2018 a 2019.

[...] um dos dias mais fortes [de ocupação da praça], foi após o caso de tentativa de feminicídio na UNILAB, quando diversas das recitagens [sic] [de poesia] demonstravam o medo e o pavor que aquele momento causou em todos. Foi um momento de se expressar, de mostrar a dor, a indignação pelo ocorrido, foi um dos dias mais bonitos. Quase todos que estavam na praça se reuniram em um determinado momento no círculo de mãos dadas. Também foi uma forma de expressar força diante de um momento tão pavoroso quanto aquele, que deixou diversos estudantes com medo de voltar para dentro da universidade. [...] aquele microterritório que é a praça passava a ser movimentado por diversos estudantes, lembrando que a presença juvenil não era formada apenas por estudantes da UNILAB, mas [também por] jovens moradores originários, não em grande escala, mas estavam lá. [...] com as interrupções e outros eventos, como tiros no momento da realização das atividades [...] os eventos foram se tornando escassos na praça, já que não se podia mais ligar nenhuma forma de som, pois logo a polícia surgiria pedindo o desligamento, além do medo de represálias violentas. A partir de um determinado período, por volta do final de setembro [de 2018], começaram a ocorrer interrupções nessas atividades por parte da polícia, que recebia denúncias de barulho. Essas interrupções passaram a ser constantes, então os jovens começaram a procurar outro espaço, que passou a ser o pátio do Campus Liberdade, mesmo assim não pararam de realizar atividades na praça.

Com a repressão, as juventudes se deslocam para outros espaços de Redenção, dentre os quais o *Campus* da Liberdade e o Complexo Abolição.

Figura 2 – Complexo Abolição – Bar Kalu – 18 de julho de 2019



Galeria Abolição. Bar Kalu. Redenção/CE. 18 de julho de 2019.

AUTORIA

André Dias

REALIZAÇÃO

 Diálogos Urbanos

APOIO

 PROEX
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA E CULTURAL

 PROPPG
PRO-REITORIA DE PESQUISA E
INNOVACAO

 FUNCAP
FUNDAÇÃO DE INVESTIMENTOS
CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS

 CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

 UNILAB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Fonte: André Dias (2019).

A Figura 2 retrata um dos bares que compõe o Complexo Abolição. Este agrega o Supermercado Abolição e uma estrutura composta por pontos comerciais, bares, restaurantes e apartamentos, em sua maioria habitados por estudantes da UNILAB. Além disso, também possui uma grande área privada utilizada como ambiente para festas noturnas pagas. As juventudes começaram a ocupar não essa área privada e sim o espaço em frente ao supermercado, entre edificações comerciais, bares, restaurantes e apartamentos, caracterizado pelos discentes como “Banco do Boi”, em referência a dois grandes bancos existentes no local, com a imagem de um boi. Os bancos tornaram-se ponto de encontro, com as juventudes “*ocupando-os como um palco, sentando, tocando seus instrumentos e cantando suas músicas*” (DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019). Mais uma vez, o depoimento da jovem discente é relevante:

A partir de um determinado momento, os estudantes passaram a levar uma caixa de som de pequeno porte. Os primeiros encontros eram caracterizados por um público [...] pequeno, que se juntava para escutar as músicas [...] e beber algumas cervejas; mas, com a falta de um espaço para a realização de atividades como as que ocorriam na praça e uma falta, se assim pode ser caracterizada, de políticas públicas estudantis que pudessem proporcionar um território, na questão área, mas também na questão relacional, onde esses tivessem a liberdade de mesmo em suas diferenciações grupais poderem trabalhar suas vozes, pautas e discussões, os jovens começaram a realizá-las neste pequeno microterritório.

Novamente, se instala um conflito a partir de uma ocupação no “Banco do Boi” em 17 de janeiro de 2019. No dia seguinte, um radialista local efetivou um discurso com grande repercussão na cidade. O depoimento da discente universitária é revelador (DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019):

[...] [O radialista] tratou o caso como de total culpa dos estudantes, em um discurso que poderia levar a quem estava ouvindo e não estava conhecendo toda a situação a revoltar-se contra os estudantes da UNILAB; perpetuando, assim, o velho discurso e visão de [...] que os estudantes universitários são “vagabundos”, ou aumentando ainda mais a posição, por alguns moradores originários, de que a UNILAB nunca deveria ter sido construída na cidade. [...] no dia citado acima, um grande número de jovens se reuniu nesse microterritório, inicialmente sem nenhum equipamento de som. Estavam cantando apenas com suas vozes, até conseguirem uma caixa de som simples; o que eles não previram é que determinado radialista da cidade estava com sua rádio situada nos apartamentos do Complexo Abolição e que o mesmo iria trabalhar a questão de forma tão pejorativa e, de certa maneira, atacando os estudantes.

Mais uma vez um espaço é negado às juventudes. No dia seguinte, mais um episódio. O prefeito de Acarape (em seu perfil em rede social) se posiciona, fazendo, de certa maneira, oposição à fala do radialista, relatando que a “UNILAB, enquanto instituição, está empregando aproximadamente 500 pessoas”, que o “comércio em Acarape teve um acréscimo de cerca de 400%”, que “os indivíduos que chegaram através da UNILAB movimentam o comércio das duas cidades”, e que muitos empregos

indiretos também foram gerados, deixando clara “*sua posição de incentivo à realização de atividades em Acarape*”.

Em todo esse período, em que se agravavam as disputas e conflitos urbanos, são frequentes, amplas e intensas as falas e os diálogos em espaços públicos das cidades, na universidade e em variadas redes sociais, revelando como o urbano se intensifica e complexifica, à medida que as situações e os episódios mencionados, e vários outros, são publicamente debatidos, com posições e argumentos variados. Nesse contexto, alguns jovens mobilizam-se e constituem um grupo denominado Juventudes Autônomas de Redenção e Acarape (JARA), divulgando uma carta intitulada “Políticas Públicas para a Juventude: carta aberta aos munícipes de Redenção e Maciço de Baturité”, em 18 de janeiro de 2019¹⁰:

[...] faz-se necessário frisar [...] uma necessidade das juventudes de Redenção e cidades vizinhas, que não contam com políticas públicas de entretenimento e acolhimento dessas juventudes. [...] uma necessidade [não] somente dos estudantes unilabianos, mas também das juventudes redencionista [*sic*] [...] de acordo com o Estatuto da Juventude “O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, a identidade e a diversidade cultural e a memória social”. Compreende-se, portanto, que é dever do poder executivo promover espaços e ações que atendam às juventudes que ali residem, proporcionando-lhes um maior acesso à cultura e lazer. Logo, deixamos o questionamento, **por que não pensar juntamente com as juventudes locais, políticas públicas de entretenimento que possam ser acessíveis a toda a juventude local?** Entendendo-se essa iniciativa como um **direito das juventudes**, e não como algo que deva ser inviabilizado ou criminalizado pela população, ou pela mídia local, pois esta é uma questão que atinge a todos e a todas e não somente a comunidade acadêmica da UNILAB.

Em uma reunião com a Secretaria de Cultura e de Juventude de Acarape, em 23 de janeiro, a JARA pactua a realização de um “Pré-Carnaval da Integração”, no dia 31 de janeiro, com a prefeitura disponibilizando o espaço, um ônibus para deslocamento

¹⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/search/posts/?q=juventudes%20aut%C3%B4nomas%20reden%C3%A7%C3%A3o&epa=SERP_TAB. Acesso em: 11 mar. 2019.

dos jovens entre as duas cidades e a estrutura do evento, incluso sistema de som, jogos de luzes e segurança.

4 SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS E RADICALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS E CONFLITOS

Quinta-feira, 31 de janeiro, uma rua comprida em uma pequena cidade interiorana, onde se situam a maior parte dos comércios locais. Meio da rua, no trecho em que estamos, mais largo, situam-se, de um lado, uma praça com mobiliário e equipamentos variados, onde estacionam mototaxistas; do outro, pequenos comércios, bares, restaurantes, um supermercado. Demarcada por trilhos ferroviários abandonados, a praça faz fronteira com um largo e com a Igreja Matriz. Nas proximidades, localizam-se a antiga estação ferroviária, onde atualmente funciona o Paço Municipal, e outras edificações antigas, algumas bastante deterioradas. Tarde da noite, céu nublado, vez ou outra um sereno, centenas de pessoas, a grande maioria jovens, ocupam a rua, parte da praça e bares agregados. O clima de carnaval está no ar, o semestre na universidade está em pleno curso, o país está sob um novo governo e as ocupações urbanas das juventudes foram questionadas e reprimidas na cidade vizinha, nos meses anteriores. As juventudes se deslocam. Dançam, cantam, se divertem, com *playlists* e DJs que se revezam na aparelhagem de som. Carros e motos passam ao largo do espaço ocupado, alguns acelerando, um ou dois insistem em passar no meio das pessoas, com certa ofensividade. Policiais circulam, geralmente em fila indiana, observam, abordam, geram certa tensão no ar. Surge o medo da festa ser finalizada, pessoas murmurando, há a confirmação de que vai continuar. Um carro estaciona ao lado da multidão e liga um paredão de som, quatro ou cinco pessoas começam a dançar em cima do veículo, os policiais chegam e o automóvel é retirado do local. Não é um público homogêneo, ao contrário, há grupos bastante variados, estudantes e não estudantes, brasileiros,

africanos, o que se revela pela postura, pelas formas de estar junto e de aglomeração, pelas falas, gestos e indumentárias, pelos olhares, corpos, palavras, atitudes. Grupos conversam um pouco à margem, alguns ocupam as mesas dos bares. *Performances*, coreografias de dança são executadas. Grupos femininos param ao lado do som, em algum momento fazem uma roda, fechando o espaço a algum possível assédio masculino. Ver e ser visto, fazer, interagir, registrar no celular, compartilhar. A festa, nomeada como “É *fake news* isso daí”, está “gerando”. Estamos em Acarape e as juventudes ocupam e fazem a cidade (DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019).

Essa descrição evidencia alguns aspectos do pré-carnaval realizado pelas juventudes em Acarape ao final de janeiro de 2019¹¹. A convocação para a festa afirmava:

Prepara a fantasia, o *glitter*, traz a família, o *crush*, a *crush*, a amiga, o amigo... TODO MUNDOO!
O tema é “É *fake news* isso daí”, e pretende trabalhar, de maneira divertida e politizada, notícias falsas que comprometem o nosso cotidiano político, artístico, cultural, educacional, etc.
VEM BRILHAR COM A GENTE, *TALKEI?*

Essa festa se insere em uma processualidade marcada por várias situações e episódios anteriores, os quais foram gerando reações significativas, principalmente das juventudes discentes, cabendo indicar: (I) constantes críticas efetuadas por radialista à UNILAB e a pessoas da instituição, inclusive com falas racistas e xenófobas; (II) episódios de agressão verbal e física, com caráter racista e xenófobo, atingindo discentes da universidade em espaços públicos das cidades e em redes sociais virtuais; (III) assaltos na entrada/saída dos *campi* da UNILAB, particularmente em Palmares, onde se concentra a maioria dos cursos noturnos, e em lugares diferentes das cidades, inclusive com agressões físicas e invasões a residências de universitários, alguns com

¹¹ Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=juventudes%20aut%C3%B4nomas%20rede+n%C3%A7%C3%A3o%20prepara%20a%20fantasia&epa=SEARCH_BOX. Acesso em: 11 mar. 2019.

discentes feridos gravemente¹²; (IV) críticas às ocupações criativas efetuadas por docentes e discentes da UNILAB e convidados, com presença ostensiva de segmentos policiais, em vários momentos interrompendo os eventos ou “encerrando a festa”; (V) enquête efetuada por vereador de Acarape, instando a população a escolher entre a instalação de um novo *campus* da universidade ou uma indústria no município; (VI) aluguéis com preços exorbitantes, aos quais os estudantes precisam se submeter, obrigando parcela a morar em “repúblicas”, em alguns casos, com mais de cinco pessoas em cada unidade habitacional; (VII) tentativa de feminicídio ocorrida no interior do *campus* da universidade; (VIII) denúncias de estupros envolvendo discentes da UNILAB.

Avalia-se que três vetores significativos, interligados, perpassam o cotidiano urbano experienciado pelas juventudes nas cidades de Redenção e Acarape, revelando uma dimensão conflitual que ancora a constituição de agentes políticos e a emergência de uma dimensão pública e política nas urbes. Primeiro, a ausência de infraestruturas, equipamentos, serviços, espaços e políticas públicas que garantam os mínimos sociais adequados à vida digna das juventudes, envolvendo moradia, mobilidade, saneamento, arte e cultura, esporte e lazer, saúde, assistência social. Segundo, o agravamento crescente de tensões e conflitos relacionados à ocupação e ao uso de espaços públicos urbanos e de espaços coletivos de uso comum, envolvendo parcelas relevantes dos moradores originários e das juventudes. Terceiro, a radicalização dos conflitos, vinculada a certo ativismo que incorpora disposições sociais de extrema direita, inclusos valores e posturas xenófobas, racistas, machistas, misóginas e fascistas; ao mesmo tempo, segmentos das juventudes incorporando, mobilizando e operando disposições e posturas pautados pelos direitos humanos, pela justiça social e pela democracia. É na

¹² Nos últimos anos, as mudanças no padrão de criminalidade têm atingido e se implantado nas duas cidades, inclusive considerando que são limítrofes à região metropolitana de Fortaleza.

confluência desses vetores que determinadas situações e episódios urbanos são, aos poucos, sentidos, percebidos, representados e enfrentados por agentes urbanos específicos enquanto situações problemáticas, ocorrendo uma desnaturalização do que até então parecia ser experienciado de modo passivo, natural. Nesse contexto, evidencia-se o que Cefaï (2017a, p. 188) caracteriza como situação problemática:

A ideia de base é que, confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas, também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como regular ou suprimir o que definiram como situação problemática. [...] Essa dinâmica coletiva faz emergir, ao mesmo tempo, um problema e seu público.

Em fevereiro de 2019, uma discente, moradora de Redenção desde antes da implantação da UNILAB, após um debate em sala de aula, escreveu e publicou um “desabafo”, relatando falas – extremamente violentas – que vêm escutando na cidade (DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019):

Copio aqui algumas falas (confesso que me sinto bastante envergonhada) comuns entre os moradores para que se tenha noção da dimensão que isto está tomando:

– Essa UNILAB é um puteiro!

– Ali é homem comendo tudo quanto é gente, é mulher com mulher, homem com homem, professor com aluno, com aluna, uma esculhambação!

– Essa desgraça só trouxe coisa ruim pra nossa cidade!

– Esses estudantes só vêm pra cá por causa dos auxílios que a UNILAB dá!

– Fulano, tu viu o tal dos rolezinho? Saíram da Redenção agora foram viçar no Acarape... É um cabaré aquele negócio. Só rola droga por lá... e prostituição.

– Esses nêgo vem lá da África pra estuprar as mulheres daqui, bando de Urubu.

– Pra quem é que você tá alugando essa casa? Tomara que não seja pra aluno da UNILAB, porque essa rua aqui é de família.

– Por mim, esses neguim tinha que voltar pra África nadando, vem aqui só pra comer nosso dinheiro e pegar nossas mulheres.

- Até que tem umas neguinha gostosa.
- Essa UNILAB veio só pra aumentar o número de corno dessa cidade.
- Tomara que o Bolsonaro já feche essa universidade!

Vários discentes relatam terem escutado falas similares. Causas de sofrimentos e agravos à saúde de várias ordens, essas falas e posturas são publicamente debatidas, em espaços físicos e virtuais, com argumentos, justificativas, contraposições e críticas variadas. A mesma discente afirma (DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019):

Quantas vezes a UNILAB expôs informações sobre o projeto de forma a atingir a população local? Quantas vezes a UNILAB disponibilizou dados sobre recursos de forma que essa população tivesse acesso? Quando a UNILAB rebateu alguma acusação que o [...] [faz referência ao radialista indicado neste artigo anteriormente]¹³ faz livremente, vomitando bosta a cada palavra que profere sobre nossa instituição? Esse sr. já disse que estudantes africanos traziam bombas em suas malas... e nada aconteceu a ele... Nada! Não sei quanto a vcs, mas EU acho que é chegada a hora de levantar e lutar pelo que AINDA temos, hora de chamar a galera pra luta... Sair dos muros dessa universidade. Disponibilizar dados, levantamento, pesquisas que existem e que até nós que vivemos dentro desses muros temos dificuldade em acessar. Não bastam um ou dois projetos de extensão tentarem pela universidade inteira incluir/informar a população. A cidade precisar entender o que é a UNILAB, o valor que ela tem, quanto gera de arrecadação, quantas pessoas ela emprega direta e indiretamente, quantos discentes advindos dela estão empregados, quantos estão cursando seus mestrados e doutorados [...]. O que faremos?

Parcelas das juventudes não aceitam as violências indicadas, e particularmente a contestação, inclusive policial, à apropriação, à ocupação e ao uso de espaços públicos. Reagindo a situações e episódios vivenciados no cotidiano urbano, instituem dinâmicas de interpretação e ação coletiva – presenciais e *online* –, impactando a opinião pública, pautando demandas políticas, mobilizando argumentos de variadas ordens, buscando gerar respostas político-institucionais de prefeituras, câmaras de vereadores e da universidade.

¹³ O radialista que aparece neste artigo em dois depoimentos veicula programa sistemático em rádio local, com ampla audiência no Maciço de Baturité, assumindo postura crescentemente violenta em relação à UNILAB e sua comunidade.

Assim, as cidades parecem revelar agentes políticos em construção, de tal modo que, ao constituírem “um desafio de mobilização, de protesto e de conflito”, fazem emergir “novos universos de sentido”, buscando evidenciar “termos de [...] inteligibilidade e de [...] legitimidade”, vinculados a suas interpretações, ideias e pontos de vista, “para os membros que a compõem e para os adversários contra os quais luta” (CEFAI, 2009, p. 26-27); inclusive revelando iniciativas que adquirem forma organizacional, como é o caso da JARA, mas também de várias outras entidades, grupos e coletivos, tais como o Grupo de Estudos e Pesquisas Amílcar Cabral (GEPAC), a Rede Internacional de Mulheres Africanas (RIMA), a Solidariedade Africana (SOLAFRO) e o Coletivo Entreolhos. Várias dessas experiências associativas diferenciam-se de organizações tradicionais – também atuantes – como entidades estudantis e partidos políticos. Nesse sentido, talvez caiba falar na articulação de “arenas públicas”, mesmo de modo incipiente (CEFAI, 2009, p. 26-27).

5 A CONSTITUIÇÃO DO PÚBLICO E DE PÚBLICOS

Ao refletir sobre o público, Dewey (1998, p. 8) indica como “as ações humanas têm consequências sobre os outros” e “que algumas dessas consequências são percebidas”, e, mais do que isso, podem gerar “um esforço posterior para controlar a ação a fim de garantir algumas consequências e evitar outras”. Evidenciam-se, portanto, situações em que alguns:

[...] dos resultados da ação coletiva humana são percebidos, isto é, são observados de algumas formas que são levadas em consideração. Então surgem propósitos, planos, medidas e meios para garantir as consequências que são apreciadas e eliminar aquelas que são consideradas ruins. Assim, a percepção gera um interesse comum; isto é, aqueles afetados pelas consequências estão necessariamente envolvidos na conduta de todos aqueles que com eles compartilham a produção dos resultados. (DEWEY, 1998, p. 23)

Avalia-se que estão em constituição nas cidades de Redenção e Acarape públicos que almejam, em certa medida, controlar e regular espaços, situações e episódios urbanos. Mas isso seria suficiente para caracterizar a conformação de arenas públicas? Cabe refletir sobre a arena pública:

[...] a arena pública [...] envolve dispositivos de ação e enunciação que limitam o campo dos possíveis [...] forma-se segundo uma *lógica ecológica* por meio do arranjo ou rearranjo de *ambientes instrumentais ou organizacionais, conceituais ou morais*. [...] [Desse modo, um] problema não é apenas uma construção de espírito, ele se implanta em ambientes. [...] E o mesmo ocorre com a sua solução: uma espécie de *inteligência criativa* se manifesta por meio de uma atividade coletiva que reordena esses ambientes, modifica a *ordem das coisas*, descobre novos fatos e instaura novas regras, cria novas ferramentas para perceber as situações e intervir a fim de rearrumá-las em função dos bens esperados. A composição da arena pública não está garantida antecipadamente e depende de um processo contínuo de conhecimento e avaliação das consequências do que foi feito e do que será feito. [...] Os grupos de interesse e movimentos de opinião que se enfrentam tentam interessar, convencer e recrutar outros atores na base das afinidades ideológicas partilhadas, do acordo em torno de linhas argumentativas ou da convergência entre análises políticas. [...] porta-vozes surgem e chegam a compromissos em torno de plataformas de ação, arrastam a mídia e atingem auditórios. Elaborando argumentos, organizações se criam ou se manifestam, delineiam problemas públicos, mobilizam meios e aliados, designam inimigos e miram em objetivos, e tentam influir nas decisões governamentais, nas regulamentações jurídicas ou em medidas administrativas. (CEFAI, 2017a, p. 204-205, *grifos do autor*)

Para além do esgarçamento da “partilha do sensível social e historicamente consolidada”, há indícios que apontam para a existência de elementos que compõem arenas públicas. Cabe considerar, por exemplo, o tratamento público de situações e episódios, com ideias, justificativas, argumentos e propostas publicamente expostos, em certa medida previamente constituídos, revelando associativismo das juventudes locais e de segmentos dos moradores originários, com a constituição de vínculos, pactuações e compromissos mútuos em variadas escalas – mesmo implícitos e não intencionados.

Evidenciam-se indícios de que uma dimensão pública/política começa a deter caráter mais orgânico na convivência urbana cotidiana nas duas cidades. Não é à toa que Cefaï (2009, p. 27) indica como as ações coletivas são, também, “uma arquitetura móvel de contextos de sentido, mais ou menos próximos ou distantes, privados ou públicos, pessoais ou típicos”. E assim, a “ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes”, produzindo os “critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles” (CEFAÏ, 2009, p. 27). Mais do que isso, Cefaï (2009, p. 26-27) afirma que a “experiência coletiva e pública”, ao revelar “uma mobilização não totalmente rotineira” – como parecem ser as mobilizações das juventudes nas cidades, e particularmente as ocupações urbanas –, “abala o consenso presumido da experiência do senso comum e põe à prova a atitude natural dos indivíduos que a compõem”. Constituem-se juventudes enquanto públicos, efetivando canais de representação e autoridade, de sociabilidade e coexistência, conformando modos de agenciamento de instituições, pessoas, normas e objetos e capacidades de concentração e difusão de diferentes capitais – simbólico, social, cultural, dentre outros (ANDION *et al.*, 2017).

Considerando-se essas questões teórico-empíricas, a categoria litígio revela a densidade e a complexidade que as lutas urbanas podem/devem adquirir caso envolvam/intencionem envolver mudanças sociais e urbanas duráveis e efetivas. Pallamin (2010, p. 9-10) ao referir-se ao litígio, indica:

[...] um processo de subjetivação política, entendido como uma série de atos conflituais em torno do comum, que levam à reconfiguração do sensível. Esse processo é a experiência de um litígio, sendo nele colocada em xeque a naturalidade com que identidades são vinculadas a posições e valores e o modo com que aí se constitui a esfera dos incontados, dos que não têm voz nem vez. Tomar a palavra, como parte deste processo de subjetivação política, não significa ocupar um espaço discursivo já existente, mas escavar e conformar este próprio espaço ao mesmo tempo em que nele se instala. Uma vez que o litígio

atinge a palavra e a posição da qual é enunciada, assim como os espaços que ocupa e define, a luta envolvida na passagem de sua inaudibilidade à significação discursiva requer que a própria arena de sua presença seja refeita. [...] trata-se de evitar a imagem um tanto ingênua de simples extensão de um espaço já existente a um número maior de integrantes. O litígio político envolve a transformação deste espaço anterior e das coordenadas das presenças aí admitidas, sua redistribuição.

Algumas perguntas podem ser pontuadas neste momento. As juventudes deteriam capacidades de inserir no comum “sujeitos novos e objetos inéditos, de modo a dar visibilidade àquilo que até então não se fazia aí visível, e de modo a se fazer perceber como seres falantes, os que eram tidos como ‘animais ruidosos’” (PALLAMIN, 2010, p. 6-7)? Dito de outra forma, e indicando como entram em jogo “questões de limiares, limites e fronteiras”, esses agentes têm sido ou poderão ser capazes de introduzir “uma fissura na ordem sensível confrontando a estrutura dada e suas repartições, redesenhando campos de pertencimento” (PALLAMIN, 2010, p. 8)? Estão em jogo ou podem ocorrer mudanças nos “processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (PALLAMIN, 2010, p. 9)?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as juventudes, ao não aceitarem passivamente sua expulsão dos espaços públicos urbanos instituem novas dinâmicas e ações coletivas que visam à apropriação, ao uso e à ocupação desses espaços públicos. Nas duas cidades, vivencia-se a emergência de um conjunto plural de falas e posicionamentos que parece adquirir, aos poucos, o caráter de esforço coletivo “de identificação e gestão de problemas públicos” (ANDION *et al.*, 2017, p. 376). E que agrega certa capacidade de geração de vínculos sociais, pactuações e comprometimentos mútuos, ancorando experiências de

coletivização de ações, mesmo considerando-se a fragilidade dos vínculos interindividuais contemporâneos, como indica Bauman (2004). Percebe-se uma potência estética, política, sociológica e educacional nos agentes, nas mobilizações e nos conflitos urbanos em cena.

Nesse contexto, o público emerge como efeito possível da ação de agentes que, ao experienciar situações e episódios, se inquietam e incomodam, tornando-as problemáticas, objeto de debate, apreciação e enfrentamento público. Essa dinâmica pode envolver “processos de subjetivação [que] desfazem e recompõem relações no campo da experiência, nele rearticulando os modos de ser, fazer e pensar”, através de uma dinâmica que “não se dá de uma vez por todas, mas sim sob a lógica de múltiplas ações de verificação da igualdade e suas inscrições, por mais débeis e frágeis que estas inscrições sejam” (PALLAMIN, 2010, p. 9-10). Desse modo, parcelas das juventudes universitárias e de moradores originários, interpelados e tensionados cotidianamente, pouco a pouco se põem em posições e situações em que buscam influenciar a opinião pública e a ação política, exercer poder e formar decisões, em situações marcadas por hegemonias e subalternidades, mesmo que isso ocorra de modo pontual, efêmero e restrito a microterritórios/nanoterritórios.

As potencialidades existem, estão dadas, e, ao que parece, o espaço dos possíveis foi, mesmo que provisoriamente, reconstituído. Porém, cabe questionar até que ponto as mudanças e inovações, inclusive disposicionais e organizacionais, conformam o público e o político nas cidades de modo mais consistente e continuado, instituindo arenas públicas significativas (THOMPSON, 1981; THIRY-CHERQUES, 2006; PETERS, 2006; 2011; NUNES, 2013; BENFORD; SNOW, 2000; CARLOS, 2011; SNOW *et al.*, 1986). Mais do que isso, até que ponto esses movimentos vêm impactando ou podem impactar a redefinição dos espaços comuns e singulares,

reordenando, por exemplo, quem é ou não visível, quem detém ou não legitimidade, lugar, palavra e direito na cidade. Também é importante avaliar se esse movimento é capaz de induzir e/ou efetivar rupturas/mudanças significativas na estrutura, na morfologia, na função e na dinâmica urbana nas cidades.

Para finalizar, cabe entender que os riscos existentes são grandes. Vinculam-se às possibilidades de reafirmação da partilha do sensível historicamente consolidada, de modo mais incisivo, inclusive incorporando comuns de caráter reacionário, neoconservador e/ou neofascista. Essa reafirmação requererá a reprodução de hierarquias de classe social, de gênero e de raça, aprofundando desigualdades, violências e violações de direitos que não são mais sentidos, percebidos e experienciados como normais ou naturais. Nesse contexto, podem ocorrer conflitos, violações de direitos e violências mais graves.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer a cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483-498. 2015.

ANDION, C *et al.* Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, maio/jun. 2017.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMGARTNER, W. H. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos *Campi* Universitários. *Espaço Aberto*, PPGG -UFRJ, v. 5, n. 1, p. 73-93, 2015.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: na Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639, ago. 2000.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017a.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 129-124, 2017b.

CARRANO, P. C. R.; DAYRELL, J. T. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002. *Anais [...]*. Caxambu, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm#gt3>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DEWEY, J. O público e seus problemas. In: HICKMAN, Larry A.; ALEXANDER, Thomas. *The Essential Dewey*. Volume 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998. p. 281-292.

DIAS, A. *Complexo Abolição – Bar Kalu*. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/Dias-Sim-Dias-N%C3%A3o-164615357324810/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 30 jul. 2019.

FERREIRA, V. S. (org.). *Pesquisar jovens: caminhos e desafios metodológicos*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Perfil Básico Municipal 2016 Redenção*. Fortaleza: IPECE, 2016. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/2016-12-16-13-09-40>. Acesso em: 23 fev. 2017.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

MACHADO, E. G.; LIMA, E.; FURTADO, O. Urbanização e desafios à política urbana em pequenas cidades: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implementação da UNILAB. *Políticas Públicas e Cidades*, v. 5, n. 1, jul. 2017.

MIGUEL, L. F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 13-43, maio/ago. 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Histórico do Programa: Introdução*. Brasília: Divisão de Assuntos Educacionais (DCE), Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, 2019. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>. Acesso em: 30 jul. 2019.

NUNES, J. H. *Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais*. *Contemporânea*, v. 3, n. 1 p. 143-172, jan./jun. 2013.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude. *Análise Social*, n. 105/106, p. 139-165, 1990.

PAIS, J. M. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PALLAMIN, V. Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, Programa de Pós-

Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, n. 12, p. 6-16, 2010.

PETERS, G. M. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2006.

PETERS, G. M. A praxiologia culturalista de Anthony Giddens. *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 20, n. 2, p. 123-47, 2011.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. 2 ed. Rio de Janeiro: 34, 2009.

RIBEIRO, F. A. *UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Redenção, 2012.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Henrique (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-28.

SNOW, D. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464-481, ago. 1986.

SOUZA, M. L. S. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 37-56.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). *Relatório de Gestão do Exercício de 2017*. Redenção/Acarape: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), 2017. Disponível em: <http://www.proplan.unilab.edu.br/sobre/coordenacao-de-planejamento/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). *Estatuto Geral da UNILAB*. Redenção: UNILAB, 2018. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-da-Universidade-da-Integra%C3%A7%C3%A3o-Internacional-da-Lusofonia-Afro-Brasileira-a-provado-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-42_2016-e-alterado-pelas-resolu%C3%A7%C3%B5es-332017-e-34_2017.pdf. Acesso em: 11 mar. 2019.

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Henrique (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 97-122.

**URBAN CITIES, YOUTH AND CONFLICTS:
theoretical-empirical questions from Redemption and Acarape**

ABSTRACT

This article is part of researches that analyze the impacts of the implantation of a federal public university in two small cities in the interior, Redenção and Acarape, in the state of Ceará. Considering the structure, morphology and dynamics of social production of urban space, students' everyday experiences in cities are analyzed at different scales, including challenges experienced and changes affecting cities. The University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), which brings together students from seven countries residing in the cities, promotes profound urban and cultural changes, with significant ruptures in relation to the daily experience lived previously. More specifically, there is a discussion of situations and episodes perceived, represented and faced by groups of urban agents as “problematic situations”, dialoguing with the possible emergence of the public, in particular, the establishment of public arenas in the cities. Based on investigative processes associated to a long-term insertion, including participant observation of ethnographic character, the article presents analytical hypotheses and preliminary results. It is considered that young people, by not accepting passively the challenge of occupation and use of the city, reacting to them, institute new dynamics and collective actions that aim at the appropriation, use and occupation of public spaces.

KEYWORDS

City. Youths. Public.